

Lei nº 025/98 - A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, por seus representantes legais, DECRETA e nos termos do parágrafo 8º do artigo 67 da L.O.M. PROMULGA a seguinte

L E I :

Art. 1º - Ficam estabelecidos, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município relativo ao Exercício Financeiro de 1999, compreendendo:

I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - As normas para elaboração da Lei Orçamentária Municipal, Empresas e Fundações;

III - Valorização e resgate do Setor Público como gestor de bens e serviços essenciais;

IV - Priorização para projetos de Saneamento Básico, Educação, Saúde e Proteção à Criança e ao Adolescente, ao Idoso e ao Deficiente;

V - Austeridade na utilização dos recursos públicos.

Art. 2º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURARIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES

COMUNS

Art. 3º - Para os efeitos das despesas com Pessoal e Encargos Sociais só poderão ter reajustes respeitados o percentual e limite estabelecido na Constituição Federal e Leis Complementares.

Parágrafo Único - Nas propostas de reajuste salarial dos servidores públicos, o Poder Executivo observará os dispositivos constitucionais e a Lei Municipal em vigor e adotará critérios que objetivem uma política salarial justa, visando eliminar as disposições ainda existentes.

Art. 4º - Fica permitida a inclusão na Lei Orçamentária as subvenções destinadas a Clubes (excluídas as Entidades Desportivas Profissionais, Associações Congêneres), as Escolas de Ensino Excepcional, bem como

Asilos e Orfanatos.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 5º - Na fixação das diretrizes serão observadas as prioridades e metas estabelecidas no Anexo III desta Lei.

Art. 6º - A elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Executivo, para o exercício de 1999, terá dotação global de acordo com as necessidades de suas despesas, a serem encaminhadas ao Poder Legislativo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único - A proposta Orçamentária do Poder Executivo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecido na presente Lei.

SEÇÃO III

Art. 7º - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e abrangendo entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias da unidade, fundos entidades que, por sua natureza, devem integrar o orçamento de que trata esta seção.

Parágrafo único - A Proposta Orçamentária da Seguridade Social, deverá obedecer as prioridades constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 8º - O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município, transferência do Estado e da União, pela execução descentralizada das ações de saúde.

SEÇÃO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 9º - O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal 02 (dois) meses antes do encerramento do presente exercício financeiro, os Projetos de Lei que julgar necessários, dispondo sobre:

I - Incentivos e Reduções Fiscais;

II - Modificações nos critérios de correção dos créditos do Município recebidos em atraso;

III - Alterações de

Aliquotas de Tributos Municipais.

Art. 10º - O Poder Executivo considerará na estimativa de receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão de arrecadação tributária municipal, após aprovadas pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Único - A Proposta Orçamentária da Seguridade Social, deverá obedecer as prioridades constantes do Anexo III desta Lei.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS, ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 11º - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhada de demonstrativo de origem de recursos, bem como da aplicação destes.

Art. 12º - Na programação de investimentos serão observadas as prioridades constantes do Anexo III desta Lei, obedecida a ordem numérica.

Parágrafo Único - Não poderão ser programados investimentos sem prévia comprovação da sua viabilidade e incompatíveis com as prioridades do Município.

Art. 13º - A Política de Investimentos do Município dará prioridades às ações que:

I - Permitem o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilitem a obtenção de um novo padrão de bem-estar social;

II - Impliquem na geração de empregos;

III - Contribuam para a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, possibilitando o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais;

IV - Fortaleça a integração do Município no cenário econômico, social e cultural do país.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 14º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará a programação do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação indicando-se, para cada um:

I - O Orçamento a que pertence;

II - A natureza da despesa, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESA CORRENTE

* Pessoal e Encargos;

* Material de Consumo;

* Serviços de Terceiros e Encargos;

* Juros e Encargos da Dívida;

* Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

* Investimentos;

* Inversões Financeiras;

* Amortização da Dívida;

* Outras Despesas de Capital.

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere o inciso II deste Artigo, corresponde aos grupamentos de elementos de natureza da despesa, em conformidade com a especificação constantes no Artigo 13º da Lei nº 4.320/64;

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como o conjunto dos 2 (dois) Orçamentos serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superávit corrente e o total de cada um dos orçamentos.

Art. 15º - A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos:

I - Das receitas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, bem como do conjunto dos 2 (dois) orçamentos, terão que obedecer ao previsto no Artigo 2º, parágrafo I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Da natureza das despesas para cada órgão;

III - Da despesa por fonte de recursos, para cada órgão;

IV - Dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

V - Dos recursos destinados às despesas com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - Deverão acompanhar a Lei Orçamentária os quadros demonstrativos das receitas, planos e aplicações dos fundos especiais, empresas e fundações;

Parágrafo 2º - Além dos dispositivos nos artigos 20 e 21, serão apresentados o resumo geral das despesas dos Orçamentos Fiscais da Seguridade Social, bem como o conjunto dos 2 (dois) orçamentos, obedecendo forma semelhantes ao Anexo II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 16 - Os critérios suplementares, autorizados na Lei Orçamentária atenderão no que concerne ao exigido para o Orçamento do Município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, até o dia 15 de novembro de 1998.

Art. 18 - A Câmara Municipal não votando até o dia 15 de dezembro o Projeto de Lei Orçamentária, não entrará em recesso até que seja aprovada, de acordo com o estabelecimento da Lei Orgânica do Município em seu Artigo 37.

Art. 19 - O Poder Executivo divulgará por unidade orçamentária de cada órgão os orçamentos de que trata esta Lei, os quadros de detalhamento de despesas, explicitando para cada categoria de programação, os elementos da despesas e os respectivos desdobramentos.

Art. 20 - O Poder Executivo adotará, durante o Exercício de 1999, as medidas necessárias, observados os dispositivos legais, para agilizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária, após ouvir o Poder Legislativo.

Art. 21 - Entra a presente Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 16 de outubro de 1998.

Luiz Carlos da S. Fernandes

Presidente

Valmir Tavares Lessa

Vice-Presidente

Marcos Paulo C. Couto

1º Secretário

Paulo César O. Cardim

2º Secretário

OBS: OS ANEXOS I, II e III da presente Lei, estão afixados no Quadro de Aviso da Câmara Municipal